

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

41

JANEIRO – MARÇO
DE 1986

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director : ANÍBAL RAMOS

Redactor : JOSÉ FERREIRA

Administração : Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef. : 034 - 22172

Condições de assinatura anual :

	<i>Via normal</i>	<i>Via aérea</i>
Portugal e Países de língua portuguesa	500\$00	650\$00
Outros países estrangeiros	600\$00	700\$00
Este número especial	125\$00	

41

JANEIRO — MARÇO 1986

ANO XI

Para continuar a renovação

A liturgia no contexto da pastoral

20 anos de reforma litúrgica

Nota Pastoral sobre o Canto Litúrgico

Encontro das Comissões Episcopais de Liturgia dos Países de língua portuguesa

XI Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

Arte Sacra — É urgente que os sacerdotes

pensem

Bibliografia

Anatoli Shcharansky e os Salmos

D. Albino Cleto

Luis Ribeiro

Redacção

Comissão E. de Liturgia

Redacção

Redacção

A. M.

Redacção

Redacção

Para continuar a Renovação

Desde Abril de 1976 que o Secretariado Nacional de Liturgia vem garantindo, para bem da Igreja em Portugal, a publicação do Boletim de Pastoral Litúrgica.

Editado inicialmente com um ritmo trimestral, trazia ele então aos leitores artigos de índole diversa e tamanho variado. Aconteceu, entretanto, que a crescente importância dos encontros nacionais de pastoral litúrgica, regularmente efectuados em Fátima durante cada mês de Setembro, levou a que as conferências do último encontro enchessem as páginas do Boletim, atingindo-se mesmo a concentração em um só número anual. E se aos assinantes era feita justiça, entregando-lhes em cada ano uma óptima brochura com todos os trabalhos do encontro nacional anterior, a verdade é que o carácter e a missão de revista periódica estavam perdidos.

Para os retomar, o Secretariado houve por bem distinguir agora as publicações: assim as conferências do passado XI Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica (Fátima, Setembro de 1985) virão a público editados em livro próprio. E o Boletim retoma o seu regular curso trimestral. Pretende-se também que ele reencontre o carácter pastoral que presidiu ao seu aparecimento: reflexão breve sobre temas, épocas, textos ou gestos da vida litúrgica da Igreja, notícia de decisões e novidades que acaso surjam neste campo da vida eclesial, troca de iniciativas e experiências, etc..

Este cunho acentuadamente informativo que agora se pretende para o Boletim, não se opõe à sua missão formativa. Creio que, a este propósito, serão aqui oportunas algumas reflexões.

Quando, há décadas, a novidade litúrgica consistia numa quase moda na Igreja, foi necessário remar contra a superficialidade fácil que levava bastantes pastores a confundir actualização litúrgica com um novo corte de paramentos, a adopção de certos cânticos, o uso e abuso de simbologia sacramental, o restauro de alguns gestos antigos... A campanha dos grandes mestres foi então revelar a alma da celebração litúrgica, descobrir e divulgar os

grandes princípios da oração sacramental da Igreja. Tornou-se evidente, também no campo da liturgia, que a melhor ilustração pastoral era o conhecimento seguro e claro dos princípios básicos; o que de melhor havia para a prática era ter ideias certas...

E bom será dizer que a regra se mantém.

Por isso, se o carácter do Boletim vai agora aligeirar-se, com artigos mais curtos, notícias mais recentes, sugestões variadas e ajudas ocasionais, de modo nenhum isso significa que em Portugal tenhamos já conseguido difundir a consciência dos fundamentos da vida litúrgica da Igreja. Pelo contrário, estamos bem de acordo com a opinião de alguns bispos, inserida em relatório recente da da Conferência Episcopal Portuguesa, segundo a qual corremos «o perigo de a reforma litúrgica se limitar, em bastantes casos, a mudanças operadas exteriormente, sem que tenha havido a assimilação do dinamismo da liturgia, acabando por se cair num novo ritualismo, na repetição das mesmas fórmulas, por preguiça (ou desconhecimento) em utilizar a variedade das propostas». Insistimos: a tarefa prioritária do Secretariado Nacional continua a ser a de ajudar a descobrir a alma da liturgia, o dinamismo profundo que lhe preside.

Porquê, então, esta nova orientação do Boletim, aparentemente mais pastoral que doutrinária, mais prática que basilar?

É que, por razões daquele dinamismo básico, toda a liturgia é vida. Imagem privilegiada desta Igreja que incarna o amor de Deus em cada tempo e em cada povo, a liturgia acompanha as culturas e as épocas, fazendo-se linguagem viva para os fiéis de cada assembleia e expressão autêntica desses fiéis junto de Deus. A liturgia é criativa.

Não se confunda esta criatividade com relativização das regras estabelecidas ou desprezo das rubricas oficiais. Só é verdadeiramente criativo aquele que sabe atingir os fins pretendidos; por isso, o autêntico pastor da assembleia e bom mestre em liturgia sabe compreender a função das rubricas; por isso as conhece, as compreende e as estima.

A criatividade verdadeira, em liturgia, é aquela a que se refere o próprio texto conciliar da Sacrosanctum Concilium: «Na verdade, a Liturgia compõe-se de uma parte imutável, porque de instituição divina, e de partes susceptíveis de transformação, as quais podem e devem variar no decorrer do tempo, se porventura se introduzirem nelas elementos que não correspondam tão bem

à natureza íntima da Liturgia ou se tenham tornado menos oportunos.

Nesta restauração, proceda-se, quanto aos textos e ritos, de tal modo que eles expressem com mais clareza o que de santo significam, que o povo cristão possa mais facilmente apreender-lhes o sentido e participar deles com uma celebração plena, activa e comunitária» (n. 21). E seguem-se normas que o Concílio estabeleceu para garantir essa desejada restauração que leve os fiéis a uma participação «plena, activa e comunitária».

É aqui, justamente, que reside a criatividade litúrgica: conseguir uma maior participação de todo e cada baptizado na assembleia da comunidade a que pertence, participação maior na ordem da fé e da graça. Tudo o mais será prurido litúrgico, arremedo de inovação, falsa criatividade.

Talvez não tenhamos avançado muito em Portugal nos últimos anos, porque nem ao menos temos percorrido os caminhos que já nos propuseram os próprios livros litúrgicos ultimamente aparecidos. Quantos de nós conhecemos o que permitem, propõem e aconselham os livros oficiais sobre iniciação cristã, catequese, celebrações com crianças, ritos de penitência, valorização do crisma, núpcias e casamento, liturgia familiar, pastoral dos doentes, acompanhamento na morte cristã? A pouca divulgação dos próprios livros e o grande desconhecimento dos seus capítulos introdutórios (que são os melhores compêndios de pastoral litúrgica) levam-nos a concluir que esta é uma tarefa urgente do Secretariado Nacional. É a pedagogia dos pequenos passos.

Fica assim caracterizado o objectivo desta nova série do Boletim. É um objectivo porque a concretização vai depender de muitos factores e um deles será o interesse dos próprios assinantes. A sua contribuição com perguntas, notícias ou sugestões será grandemente enriquecedora.

Praza a Deus que o novo Boletim seja esta escola da vida onde, também em liturgia, se oferece o pão fundamental partido em pedaços pequeninos. Este é o intuito dos membros do Secretariado, seus principais promotores, a quem desde já estamos agradecidos.

† ALBINO CLETO

Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia

A Liturgia no contexto da Pastoral (1)

O coração da Constituição sobre a sagrada liturgia é uma profunda meditação sobre o mistério da Igreja, contemplada como fluxo de amor saído do lado aberto de Cristo na cruz (cf. SC 5). A liturgia, como sinal que é, dá a imagem mais verdadeira e mais plena da Igreja, comunidade de culto, reunida à volta do mesmo altar, sob a presidência do mesmo pastor: «A principal manifestação da Igreja faz-se numa participação perfeita e activa de todo o povo santo de Deus na mesma celebração litúrgica, especialmente na mesma Eucaristia, numa única oração, num único altar a que preside o Bispo rodeado pelo seu presbitério e pelos seus ministros» (SC 41).

E o símbolo torna-se realidade. No sacramento eucarístico nutre-se a Igreja, que continuamente cresce e se renova na celebração da Eucaristia e dos outros sacramentos (1).

A liturgia pode ser considerada como uma das três grandes acções pastorais da Igreja. A partir do Concílio Vaticano II, tornou-se comum falar das acções eclesiais, destacando de entre estas a acção litúrgica como *cardinal*.

A constituição **Sacrosanctum Concilium** ensina que a liturgia é **culmen et fons** da pastoral. Não emprega explicitamente este último termo, mas pressupõe-no e alude a ele implicitamente. A expressão usada é **actio ecclesiae**. Vejamos alguns dos textos hoje já considerados clássicos:

«Toda a celebração litúrgica, por ser obra de Cristo e do seu corpo que é a Igreja, é acção sagrada por excelência, a cujo título e grau de eficácia nenhuma outra acção da Igreja se pode equiparar» (SC 7).

«Na reforma e incremento da sagrada liturgia deve dar-se a maior atenção a esta plena e activa participação dos fiéis, porque

(1) Cf. A. BUGNINI, *La riforma liturgica*, Roma 1983, p. 51.

ela é a primeira e necessária fonte onde eles podem ir beber o espírito genuinamente cristão» (SC 14).

«A liturgia é simultaneamente o cimo para o qual se dirige a acção da Igreja e a fonte de onde promana toda a sua força. Na verdade, o trabalho apostólico ordena-se a conseguir que todos os que se tornaram filhos de Deus pela fé e pelo baptismo se reúnam em assembleia para louvar a Deus no meio da Igreja, participem no sacrifício e comam a ceia do Senhor. A liturgia, por sua vez, impele os fiéis, saciados pelos mistérios pascais, a viverem no amor; pede que sejam fiéis na vida a quanto receberam pela fé; e pela renovação, na Eucaristia, da aliança do Senhor com os homens, arrasta e inflama os fiéis na caridade urgente de Cristo» (SC 10).

Por aqui vemos que nenhuma outra acção da Igreja atinge a eficácia da celebração litúrgica. Ela é o ponto culminante, de chegada, de toda a acção evangelizadora e pastoral, e ao mesmo tempo a nascente da vida sobrenatural, que alimenta o seu viver e o seu agir.

No número anterior (SC 9), indica-se com mais clareza que a grande acção pastoral que precede a liturgia é a evangelização: «A sagrada liturgia não esgota toda a acção da Igreja, porque os homens antes de poderem participar na liturgia precisam de ouvir o apelo à fé e à conversão». E no texto acima citado (SC 10) vimos que à celebração litúrgica se segue a actividade caritativa, testemunhal ou apostólica.

Mas o mais interessante destes textos conciliares é o seu ensinamento sobre a estreita relação que deve existir entre todas estas acções eclesiais. Há aqui algo de realmente novo que supõe uma revolução na concepção e na prática da liturgia. Efectivamente, até aos anos sessenta, a liturgia tinha sido considerada e vivida como um certo **apartheid**, muito sacralista e um tanto aristocrática. A partir da reforma conciliar do Vaticano II começou-se a perceber com toda a acuidade a estreita relação que deve ter a celebração litúrgica com a evangelização, a catequese, a pedagogia da fé e a vida do homem no mundo.

A evangelização e a liturgia têm um mesmo denominador comum: a manifestação e a oferta da salvação de Deus no meio dos homens. É a própria Igreja na sua essência que é o sinal primordial dessa salvação. E se a Igreja é a raiz una e indivisa das diversas acções pastorais, então todas essas acções são diver-

sificações modais de uma mesma realidade anunciadora e salvadora. Há pois que superar a divisão da Igreja em duas parcelas que tem muito de bandeirismo: os «consagrados ao culto» e os «dedicados à missão». Porque com tal dualismo prostitui-se a noção cristã, tanto da liturgia como da evangelização. No cristianismo a liturgia é proclamação: «sempre que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciais a morte do Senhor» (1 Cor 11, 26). A liturgia deve evangelizar, anunciar a boa notícia e a evangelização deve conduzir à liturgia.

Algumas correntes ou grupos pastorais, efectivamente, pensaram que bastava crer, expressar a fé através da vida, o compromisso, a palavra. Pelo menos tacitamente partia-se do suposto que a graça, a libertação, se comunica através da vida, do serviço ao próximo, à sociedade; há é que celebrar a vida; a liturgia sobra.

É pois necessário sublinhar a unidade evangelização-liturgia-acção caritativa e mostrar que a relação não é identificação, do mesmo modo que a negação do dualismo não significa esquecer a diferença ou distinção. A manifestação da salvação não deve fazer-se só a nível da palavra pregada, mas também da palavra sacramental. Se nos ficamos só na mediação da palavra, cai-se no verbalismo. Não basta explicitar a fé dizendo: o que tu fazes ou eu faço inscreve-se no plano de Deus. Há que manifestá-lo com uma linguagem corporal, incarnada, é necessário dar-lhe visibilidade histórica, mediante os símbolos e gestos corporais. Assim a expressão adquire uma nova profundidade e força existencial. A liturgia é *actio*, uma «acção» peculiar, específica da «representação» cultural, distinta da acção extra-cultural (temporal).

E o que a liturgia celebra não é a vida e o amor sem mais, que existem sempre, mas a acção de Jesus (a sua vida, paixão, morte, ressurreição), acontecimento histórico, único e irrepetível. É essa acção como acontecimento que é a fonte da redenção (justificação, libertação). E é salvação para nós porque se nos torna presente, através do sacramento que a actualiza. É claro que a celebração sacramental-litúrgica deve incorporar acções históricas actuais, porque também nelas se actualiza e manifesta a acção histórica de Jesus (2).

Nesta perspectiva, a relação entre a celebração e a vida

(2) Cf. L. MALDONADO, *Liturgia*, in *Conceptos fundamentales de Pastoral*, ed. Cristiandad, Madrid 1983, pp. 580-593.

ocupa um segundo plano. O primeiro é a relação de uma e outra à Páscoa de Jesus Cristo.

A partir destes pressupostos começa a perceber-se com certa nitidez a peculiaridade e a especificidade da acção litúrgica em relação com a acção evangelizadora: mas também com a actividade caritativa-testemunhal.

Pode dizer-se que esta terceira acção pastoral (denominada por alguns *hodegética*), cada vez mais pujante na Igreja actual através dos grandes movimentos comunitários, se relaciona com a liturgia por vias muito semelhantes às que unem a liturgia à evangelização e que acabamos de descrever.

Toda a reunião cristã se leva a efeito em nome do Senhor. O seu vínculo último é, por um lado, a confissão do nome de Jesus e, por outro, o símbolo sacramental do corpo de Cristo, sinal eficaz do corpo eclesial. Aqui reside o verdadeiro ***vinculum unitatis et caritatis***. Ora bem, este é o acto litúrgico por excelência, a acção eucarística.

Uma reunião de comunidade cristã sem estes sinais fica amputada da sua raiz última, da seiva que a funda e vivifica, que a gera sempre de novo enquanto antecipação e prefiguração do reino que é dado ou oferecido aos homens no Messias.

É sabido que nos primeiros tempos do cristianismo, ***ecclesia*** é sinónimo de assembleia. E a assembleia é entendida como a reunião dos baptizados. Os baptizados reúnem-se no primeiro dia da semana para celebrar a ressurreição de Jesus, o Senhor. A celebração tem lugar basicamente através do sacramento eucarístico (memorial da paixão e ressurreição de Cristo) e do pôr em comum dos bens (especialmente o ágape) para ajuda dos mais pobres ou necessitados.

Os dois eixos da vida comunitária são pois a liturgia e a caridade. Constatamos de novo essa relação de estreita vinculação existente entre a liturgia e as outras acções pastorais, agora a caritativo-comunitária.

Mas sendo a liturgia o cimo e a fonte de toda a acção da Igreja (SC 10) e o exercício do sacerdócio de Cristo (SC 7), ela deverá ter uma função centralizante e unificante de todas as actividades da Igreja. A evangelização e a catequese não são fins em si mesmos, mas tendem a levar o homem à plena comunhão com Deus, a participar na salvação operada por Cristo e tornada pre-e pelo baptismo se reúnem em assembleia para louvor a Deus

sente na celebração litúrgica: «O trabalho apostólico ordeno-se a conseguir que todos os que se tornaram filhos de Deus pela fé no meio da Igreja, participem no Sacrifício e comam a ceia do Senhor» (SC 10).

Por sua vez, a liturgia, acendendo no coração dos fiéis o amor de Deus e o reconhecimento da sua intervenção em seu favor, leva-os a anunciar aos outros o que eles viveram e contemplaram, impele-os a viverem unidos no amor, sendo fiéis a quanto receberam pela fé, e inflama-os na caridade de Cristo (SC 10).

Esta centralidade da liturgia deverá estar presente no ensino, na catequese, na prática pastoral. Com efeito, «da liturgia, em especial da Eucaristia, corre sobre nós, como de uma fonte, a graça, e por meio dela conseguem os homens com total eficácia a santificação em Cristo e a glorificação de Deus, a que se ordenam como a seu fim todas as outras obras da Igreja» (SC 10).

Um paciente trabalho de educação deverá fazer compreender que a liturgia é acção de todo o povo de Deus. E a consequência não será só litúrgica, mas influenciará beneficentemente o desenvolvimento do sentido da Igreja e o surgir de vários ministérios ao serviço da comunidade.

Uma vez que a Igreja é «sacramento de unidade», as acções litúrgicas pertencem a todo o corpo da Igreja (SC 26). Por isso, a celebração comunitária com a presença e a participação activa dos fiéis é sempre de preferir-se à celebração individual. Nela deve manifestar-se a natureza comunitária e hierárquica da Igreja: todos participam, mas cada um exerce o seu ofício segundo o ministério recebido, a natureza do rito e as normas litúrgicas, fazendo tudo e só o que é de sua competência (SC 27-30). Para isso é necessária uma formação constante, em especial daqueles que mais directamente se empenham nas celebrações: cantores, acólitos, leitores, comentadores (SC 29). Mas nenhum efeito se poderá esperar se os sacerdotes, em primeiro lugar, não forem formados na liturgia (SC 15-18).

Entre os vários agrupamentos de fiéis, tem lugar proeminente a paróquia, que representa, de algum modo, a Igreja visível espalhada por todo o mundo. Por isso deve cultivar-se no espírito e na acção dos fiéis a vida litúrgica da paróquia e trabalhar para que floresça o sentido da comunidade paroquial, especialmente na celebração comunitária da missa dominical (SC 42).

Uma vez que «a principal manifestação da Igreja se faz numa participação perfeita e activa de todo o povo de Deus na mesma Eucaristia» (SC 41), é necessário preparar os vários elementos da celebração e a participação das pessoas: é a Igreja que faz a Eucaristia. Mas não é menos necessário preparar-se para reconhecer e acolher o dom: é a Eucaristia que faz a Igreja. Há uma relação profunda, na liturgia, entre significar, expressar e «causar» a graça: ao comermos do mesmo pão formamos um só corpo (1 Cor 10, 17) e anunciamos a morte do Senhor (1 Cor 11, 26).

Encontramo-nos aqui com uma concepção muito tradicional da liturgia: a liturgia como epifania de Deus e transfiguração do homem da Igreja e do mundo. Na liturgia, a glória de Deus irrompe por um momento no campo da nossa experiência sensível para deixar ver a sua claridade, para revelar o mistério de Cristo e manifestar a autêntica natureza da Igreja (SC 2).

Mas não é só na liturgia que se revela o sentido da comunidade paroquial e o sentido da Igreja. A liturgia é o centro polarizador mas também o centro de irradiação de muitas outras acções da Igreja.

L. Ribeiro

20 Anos de Reforma Litúrgica

LIVROS LITÚRGICOS

A reforma litúrgica do Concílio do Vaticano II impôs a revisão do Missal, dos Rituais e da Liturgia das Horas, permitiu um lugar mas amplo às línguas vernáculas e considerou «o interesse pelo incremento e renovação da Liturgia como um sinal dos desígnios providenciais de Deus sobre o nosso tempo» (SC 43).

Uma das preocupações fundamentais das várias Comissões Episcopais de Liturgia, foi, como não podia deixar de ser, a preparação dos livros litúrgicos em língua portuguesa.

Tal preparação esteve inicialmente confiada a uma Comissão Mista luso-brasileira e conseguiu obter a aprovação comum, confirmada pela Sagrada Congregação do Culto Divino, em 1969, das partes dialogadas do **Ordinário da Missa**.

As dificuldades surgidas no decurso deste trabalho em comum não foram ultrapassadas, e as Conferências Episcopais de Portugal e do Brasil passaram a trabalhar, desde então, com total autonomia.

Segue-se a lista dos livros litúrgicos em língua portuguesa com a referência da sua autorização provisória ou definitiva por parte da Conferência Episcopal Portuguesa, através da Comissão Episcopal de Liturgia, e da Congregação do Culto Divino.

Missal Romano

— ORDINÁRIO DA MISSA, aprovado pela Comissão Episcopal de Liturgia (CEL) e confirmado pela Sagrada Congregação do Culto Divino, Prot. n. 1363/69, de 17 de Outubro de 1969.

— LECCIONÁRIO

— ANO A — Texto provisório a cargo da Comissão Diocesana de Liturgia e Música Sacra de Lisboa,

- por incumbência da CEL, em 1969.
- ANO B — 1969.
 - LECCIONÁRIO FERIAI — 1969.
 - CELEBRAÇÃO PASCAL — 1972.
 - SANTORAL — 1975.
 - MISSAS RITUAIS... — 1975.
 - PRÓPRIO DOS SANTOS; PREFÁCIOS, MISSAS COMUNS, MISSAS RITUAIS, MISSAS E ORAÇÕES DIVERSAS, MISSAS VOTIVAS DOS DEFUNTOS, texto provisório como acima, publicado em 1973.
 - ORAÇÕES EUCARÍSTICAS DAS MISSAS COM CRIANÇAS E DAS MISSAS DA RECONCILIAÇÃO — aprovadas pela CEL e confirmadas pela Sagrada Congregação do Culto Divino, Prot. CD 688/77, de 29 de Dezembro de 1977.
 - A ORAÇÃO UNIVERSAL — aprovada pela CEL.
 - 1.^a edição em 1971
 - 2.^a » » 1974
 - INSTRUÇÃO GERAL DO MISSAL ROMANO — texto provisório editado pelo SNL em 1979.
 - PRÓPRIO LATINO DE PORTUGAL — aprovado pela CEL. e confirmado pelo Prot. CD 1206/76, de três de Fevereiro de 1977.

Rituais

- BAPTISMO DAS CRIANÇAS — aprovado «ad interim» e confirmado pela SCCD, 14 de Novembro de 1970.
- INICIAÇÃO CRISTÃ DOS ADULTOS — confirmada pelo Prot. CD 784/79, de 20 Agosto de 1979.
- CELEBRAÇÃO DA CONFIRMAÇÃO — aprovada «ad interim» pela CEL e confirmada pela SCCD em 1972.
- SAGRADA COMUNHÃO E CULTO DO MISTÉRIO EUCARÍSTICO FORA DA MISSA — aprovado pela CEL e confirmado pelo Prot. CD 784/77, de 11 de Julho de 1977.
- CELEBRAÇÃO DA PENITÊNCIA — aprovado pela CEL e confirmado pelo Prot. CD 280/76, de 2 de Março de 1976.
- UNÇÃO E PASTORAL DOS DOENTES — aprovado «ad interim» pela CEL e confirmado pelo Prot. 895/75, de 12 de Julho de 1975.

- ORDENAÇÃO DO DIACONO, PRESBITERO E BISPO — autorizado «ad interim» pela CEL e confirmado pela SCCD em 5 de Setembro de 1970.
- INSTITUIÇÃO DOS LEITORES E DOS ACÓLITOS — ADMISSÃO DE CANDIDATOS AO DIACONADO E AO PRESBITERADO — CONSAGRAÇÃO NO SANTO CELIBATO — aprovado pela CEL e confirmado pela SCCD. Prot. 530/73, de 22 de Março de 1973.
- CELEBRAÇÃO DO MATRIMÓNIO — aprovado «ad interim» pela CEL e confirmado pela SCCD, de 18 de Setembro de 1970.
- CELEBRAÇÃO DAS EXÉQUIAS — aprovado «ad interim» pela CEL, confirmado pela SCCD, Prot. 2712/70, de 19 de Agosto de 1970 — e aprovado em definitivo pela CEL e confirmado pela SCCD, Prot. CD 367/83, de 20 de Outubro de 1983.

Liturgia das Horas

- Texto aprovado pela CEL e confirmado pela SCCD, Prot. 1207/76, de 8 de Julho de 1977: 1.^a edição em 1976, 2.^a edição em 1978, 3.^a edição em 1983.
- INSTRUÇÃO GERAL DA LITURGIA DAS HORAS — autorizada pela CEL e publicada pela SNL em 1971.
- PRÓPRIO LATINO DE PORTUGAL — aprovado pela CEL e confirmado pela SCCD, Prot. CD 1206/76, de 3 de Fevereiro de 1977.
- OFÍCIO LATINO DE S. BEATRIZ DA SILVA — aprovado pela CEL e confirmado pela SCCD, Prot. CD 1208/76, de 8 de Julho de 1977.

Bênção dos Óleos dos Catecúmenos e dos Enfermos e Consagração do Crisma

- aprovado «ad interim» pela CEL e confirmado pela SCCD, de 25 de Março de 1971.

Profissão Religiosa

- texto aprovado pela CEL e confirmado pela SCCD, de 27 de Fevereiro de 1971.

O Secretariado Nacional de Liturgia procede presentemente à tradução do ORDO DEDICATIONIS ECCLESIAE ET ALTARIS, do RITUALE DE BENEDICTIONIBUS, do CAEREMONIALE EPISCOPORUM, e à revisão final do texto do MISSAL E DOS RITUAIS, com excepção do RITUAL DAS EXÉQUIAS, que está definitivamente aprovado e confirmado.

Renovação interna da Liturgia

A renovação litúrgica é o fruto mais visível de toda a obra conciliar. Ainda que tenha havido algumas dificuldades, em geral ela foi acolhida pelos fiéis com alegria e com fruto.

A renovação litúrgica não pode ser limitada às cerimónias, aos ritos, aos textos, etc. A participação activa, tão felizmente aumentada depois do Concílio, não consiste só na actividade externa, mas sobretudo na participação interior e espiritual, na participação viva e frutuosa no mistério pascal de Jesus Cristo (cf. SC, 11).

É evidente que a Liturgia deve favorecer e fazer resplandecer o sentido do sagrado. Deve ser imbuída do espírito de reverência, de adoração e de glorificação de Deus.

Os Bispos não só corrijam os abusos mas expliquem com clareza aos seus fiéis o fundamento teológico da disciplina sacramental e da Liturgia.

A catequese, como já ocorria nos primórdios da Igreja, deve tornar-se hoje um caminho que introduza na vida religiosa (catequese mistagógica).

Os futuros sacerdotes aprendam a vida litúrgica de modo prático e conheçam bem a teologia litúrgica.

**Do Relatório final do
Sínodo Extraordinário dos Bispos**

Encontro das Comissões Nacionais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa

De 12 a 15 de Julho de 1985, efectuou-se em Aparecida, Brasil, o I Encontro dos Presidentes e Secretários das Comissões Nacionais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa.

A Comissão Nacional do Brasil era constituída por D. Geraldo Majella Agnelo (Presidente) e P.e Gregório Lutz (Secretário), que tiveram a colaboração dos peritos: Con. Amaro Cavalcanti de Albuquerque, P.e Fr. Alberto Beckhauser, OFM, P.e Fr. Joel Postma, P.e Luis Mógano e Ir. Irene Brunetta.

Formavam a Comissão de Portugal D. Albino Mamede Cleto (Presidente), Mons. Aníbal Ramos (Secretário) e o perito Con. José da Costa Ferreira.

As Comissões e as Igrejas de Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe estavam representadas pelos Padres Amaro Valério Mwitú, José Constantina Bento e Alberto Rosado Fileno, respectivamente.

A Comissão de Angola e a Igreja da Guiné-Bissau, por motivos imprevistos e graves, não puderam tomar parte nestes trabalhos.

Como se sabe, a reforma litúrgica do Concílio Vaticano II, que foi a mais extensa e profunda de toda a história da Igreja, contém entre outras inovações significativas, a legitimidade do uso das línguas vernáculas na liturgia.

Quando, após a promulgação de Constituição sobre a Liturgia se pôs este problema concreto, Portugal e o Brasil — então os dois únicos países independentes de Língua Portuguesa — começaram por criar uma comissão mista luso-brasileira com o objectivo de redigir o texto oficial português.

Não foram muito longe os trabalhos desta comissão mas sempre conseguiram, ao fim de porfiados esforços e de uma reunião conjunta em Lisboa, chegar a acordo nas **partes dialogais**

da Missa, acordo esse que recebeu a confirmação da Sé Apostólica pelo Protocolo n. 1019/69, de 5 de Setembro de 1969.

Não tiveram êxito os trabalhos da redacção do texto comum de Saltério, e, daí por diante, cada país redigiu e aprovou os seus textos em separado.

A Sé Apostólica tem concedido autorização aos dois países para utilizarem textos litúrgicos próprios, mas pretende que a **fórmula consecratória da Missa e as fórmulas essenciais dos sacramentos sejam idênticos em cada língua.**

Um dos objectivos fundamentais deste encontro em Aparecida era justamente estudar um texto único nas fórmulas essenciais que ainda o não têm, a começar pela fórmula consecratória da Missa.

O Brasil não concorda com a fórmula **Tomai e bebei todos Tomai e comei todos** pelas ressonâncias negativas que esta expressão tem na linguagem do povo.

Portugal não concorda com o **Tomai e comei, todos vós e Tomai e bebei todos vós** da fórmula brasileira, por motivo da vizinhança com «entregue por vós e derramado por vós».

Perante as sérias razões pastorais e linguísticas apresentadas por ambas as partes, recorreu-se a uma fórmula diferente, que foi aceite: **Tomai e comei, vós todos e Tomai e bebei, vós todos.**

No final da consagração do vinho a expressão portuguesa — **pela remissão dos pecados** — e a expressão brasileira — **para o perdão dos pecados** — foram objecto de um debate generalizado.

Portugal opôs às razões brasileiras («perdão» é uma palavra corrente, entendida por todos e rica de conteúdo cristão) os seguintes argumentos: o povo continua a usar o termo «remissão» (por ex.; «vou reunir os meus brincos»; «isto já não tem remissão»); «remissão dos pecados» é a tradução exacta do texto original latino; o conteúdo teológico do termo não é o de simples perdão, mas encerra um conteúdo bíblico e teológico muito rico; o facto de o próprio Brasil usar o termo «remissão dos pecados» na fórmula da Penitência e no Credo.

As fórmulas essenciais dos Sacramentos foram revistas em comum.

Na fórmula da Unção dos Enfermos pede-se ao Senhor que venha em auxílio do doente com a sua piíssima misericórdia. Todos os participantes desejariam substituir «piíssima», mas não

se encontrou uma palavra mais feliz e teve-se em conta que o termo fora introduzido em Roma.

A fórmula do Matrimónio foi igualmente objecto de uma reflexão longa e aprofundada,

Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa estavam interessados em alterar a sua fórmula («Eu N. recebo-te por minha esposa a ti, N. e prometo ser-te fiel e amar-te e honrar-te, tanto na prosperidade como na provação, por toda a nossa vida»). Isso facilitou a procura de uma fórmula comum, mais simples e mais fiel ao sentido do original latino: «Eu, N., recebo-te por minha esposa a ti, N., e prometo ser-te fiel, amar-te e respeitar-te na alegria na tristza, na saúde e na doença, todos os dias da nossa vida.» Naturalmente, a noiva dirá: «Eu, N., recebo-te por meu esposo...»

Na despedida final da Missa, a resposta do povo «Vamos em paz e o Senhor nos acompanhe», se for aprovada pelas Conferências episcopais respectivas e confirmada pela Sé Apostólica, ficará a ser: «Graças a Deus».

Os resultados foram muito positivos e agora é a vez de as Conferências Episcopais dos Países de Língua Portuguesa tomarem uma decisão unânime e submeterem o texto, que vier a ser acordado, à confirmação da Sé Apostólica.

Como seria de esperar, faziam parte da agenda outros assuntos de Pastoral Litúrgica, como: a formulação de critérios para a adaptação da liturgia à índole e cultura dos nossos povos, celebrações dominicais sem padre, presidência dos leigos na celebração dos Sacramentos e Sacramentais, formação litúrgica dos sacerdotes e dos leigos, diáconos permanentes, ministérios na liturgia e intercâmbio entre as nossas comissões de língua oficial portuguesa.

A convite da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a totalidade das nossas comissões participou na reunião dos Bispos responsáveis pela Liturgia nos Regionais do Brasil e assistiu ao XI Congresso Eucarístico Nacional, que se realizou no Santuário de Aparecida, de 16 a 21 deste mesmo mês de Julho.

O interesse deste encontro ficou claramente demonstrado e levou as nossas comissões à marcação de novo encontro daqui a dois anos, mas desta vez em Lisboa.

Nota pastoral sobre o Canto Litúrgico

O presente ano de 1985 foi considerado, por iniciativa do Conselho da Europa, o «Ano Europeu da Música».

Quis a Igreja associar-se a esta celebração e hoje mesmo se conclui em Roma o VIII Congresso Internacional de Música Sacra, congresso em que tomaram parte representantes da Igreja em Portugal.

Aproveitando o ensejo que lhe oferecem estas manifestações, com as quais se congratula, a Comissão Episcopal de Liturgia decidiu assinalar este dia de Santa Cecília, tradicional padroeira da música, tornando públicas algumas reflexões que muito desejariamos fossem lidas por todos os responsáveis do serviço litúrgico das nossas comunidades cristãs.

A IGREJA E A MÚSICA

A Igreja Católica sempre foi grande promotora e cultivadora da música. O louvor de Deus na liturgia sagrada fica enriquecido com esta expressão de beleza, que os cristãos sempre usaram na sua oração comunitária, desde os primórdios da fé.

A história atesta que também em Portugal a Igreja foi protectora desta maravilhosa arte; e, muito embora surjam agora numerosos reparos à qualidade do que se faz, é ainda a Igreja quem hoje, nas celebrações do culto dominical que semanalmente congrega, proporciona a ocasião de se formarem, para rezar, milhares de assembleias de canto; quem organiza centenas de grupos que, por amor da fé e gosto da música, se colocam ao serviço da comunidade através do canto; quem adquire, conserva e utiliza maravilhosos órgãos que muito enriquecem o nosso património; quem, de outros modos vários, estimula o cultivo da música, desde as suas escolas citadinas (recordem-se os seminários) até às mais recôditas aldeias.

Os exemplos referidos situam-se predominantemente no âmbito da actividade litúrgica da Igreja. A este propósito julgamos conveniente recordar a clara distinção que importa estabelecer entre o «canto litúrgico» e a restante «música religiosa». Se por esta entendermos toda a música que se inspira em temas religiosos, por aquele devemos compreender apenas a expressão musical que, integrada no verdadeiro espírito do culto, contribui para a maior elevação da oração comunitária da Igreja.

Reconhecendo embora o alto valor de tantos grupos corais que, nascidos à sombra dos templos, cultivam a música religiosa, é do canto litúrgico, e só dele, que falaremos nas linhas restantes desta Nota Pastoral.

INCREMENTAR O CANTO LITÚRGICO VERDADEIRO

É ao serviço da liturgia que na Igreja ultimamente se verificam os cuidados mais atentos e a dedicação mais persistente dos amantes da música; este facto é motivo de júbilo. Quererá ele dizer que os pastores e outros responsáveis compreendem cada vez melhor o lugar da música na vida da Igreja: ela está ao serviço de outros valores maiores.

Assim, tomados por esta certeza e imbuídos do espírito de humildade necessário a quem deseja ser prestável, os animadores do canto litúrgico sacrificam o brio natural de quem gostaria de evidenciar qualidades, para se apagarem no discreto serviço de ajudar a assembleia que reza.

Estmos gratos aos que assim procedem e queremos dizer-lhes que se encontram no mais acertado caminho da tradição cristã.

Agradecemos aos nossos compositores, que zelosamente têm musicado os textos litúrgicos, conscientes de que, neste caso, «a música é o vestido da palavra». Lembramos os já numerosos leigos que, tal como tantos religiosos e religiosas, animam e conduzem, com muita competência, o canto da assembleia. A estes juntamos os salmistas, e muitos vão sendo os que, de entre eles, perceberam que o canto do salmo após as leituras não é solo artístico mas oração meditada da comunidade orante. Estamos reconhecidos, enfim, a todos os que, tocando os instrumentos apropriados ou organizando grupos de cantores, se apercebem

de quanto valor terá para a glória de Deus e para a vida da Igreja este serviço abnegadamente oferecido ao povo santo que reza em comunidade.

Propositadamente deixamos para o fim os párocos e demais sacerdotes; louvando aqueles que com paciência e perseverança têm educado o gosto musical dos seus colaboradores no serviço litúrgico, pedimos a todos que não se deixem vencer pela tentação de cantar o que é fácil, desculpando-se com o pretexto de cantar aquilo de que o povo gosta. Toda a educação há-de ser exigente e capaz de suportar o desagrado inicial de quem ainda não descobriu valores profundos; a experiência demonstra que o nosso povo cristão muito depressa aceita e agradece os critérios musicais de quem lhe ensina que, na Igreja, cantar é rezar a palavra.

Seja permitido incluir neste passo uma referência ao Secretariado Nacional de Liturgia e a quantos com ele colaboram directamente. Entre as obras notáveis que lhe devemos, no apoio ao canto litúrgico, avulta a publicação das melodias necessárias para o Tríduo Pascal (praza a Deus que todos as utilizem) bem como o trabalho progressivo que se vem desenvolvendo para musicar os diversos textos da Liturgia das Horas; que o povo de Deus aprecia os frutos desta segunda tarefa, podemos concluí-lo do louvável costume, que se vai generalizando, de cantar, também nas paróquias e em reuniões de apostolado, as «horas» principais, particularmente a de Vésperas. Referindo-nos ainda ao Secretariado Nacional, queremos dizer por fim que os encontros nacionais de Fátima, desdobrados em outros de âmbito diocesano, tal como a iniciada publicação de fichas musicais devidamente seleccionadas, constituem um apreciável serviço à música litúrgica em Portugal.

CARACTERÍSTICAS DA MÚSICA LITÚRGICA

Se é justo mencionar, como fizemos, o apreciável trabalho de tantos servidores em prol do canto litúrgico, ninguém estranhará que aos mesmos lembremos, uma vez mais, as orientações da Igreja para o desempenho da sua missão. Com a Instrução «Musica Sacram», publicada pela Santa Sé em Março de 1967, Instrução que todos devem conhecer bem e cumprir, recordamos algumas das características fundamentais que há-de possuir todo o canto que se pretenda litúrgico:

a) Ele será, primeiramente, **música para rezar**, isto é, será «expressão delicada da oração», conforme diz a Constituição Conciliar sobre a Sagrada Liturgia (SC, 112).

b) Será ainda música servidora do texto, procurando acima de tudo **valorizar a palavra sagrada** que se reza.

c) Destinando-se a **ser cantado pela assembleia**, cumpre-lhe ser «factor de comunhão», como bem recorda o mesmo passo do Concílio.

d) Por último, deverá ser canto de **boa qualidade formal**, pois assim o exige a dignidade do culto divino e assim o pede o seu carácter sagrado, ou seja, o seu propósito de abrir as pessoas para o invisível.

ATROPELOS A CORRIGIR

Na perspectiva pastoral que damos a esta Nota, cabem agora algumas correcções a determinadas práticas generalizadas que, nascidas porventura de certa boa vontade, alteram a regra da celebração e desprezam as normas estabelecidas.

Se esta Nota Pastoral não fosse intencionalmente reduzida, deixando outras reflexões para nova oportunidade, muitos seriam os reparos que lhe competia fazer. Limitamo-nos, porém, a três pontos de importância maior, todos eles relacionados com a celebração da Missa.

1. A «acção eucarística» propriamente dita, que torna presente a Ceia do Senhor, é a oração mais sagrada da Igreja. É por isso que nela, mormente nos ritos que vão desde o Prefácio até à Comunhão, o próprio celebrante é obrigado a ater-se à norma escrita e tradicional da Igreja, norma sagrada e secular que, por isso mesmo, ganhou o nome de «cânon» (regra). Sendo assim, não se compreende o atrevimento de certas composições que alteram o texto aprovado deste «cânon», introduzindo por vezes paráfrases sem valor, de sentido totalmente desviado. Tal acontece, por exemplo, no canto do «Santo», do «Pai Nosso» e do «Cordeiro de Deus», podendo juntar-se o do «Glória». A exclusão destas

liberdades, verdadeiros abusos, resulta bem clara dos números 34 a 36 da citada Instrução «Musicam Sacram» e particularmente do seu número 54.

Queira Deus que, em lugar de tais abusos, cresça o costume de utilizar as melodias oficiais, quando for oportuno, nas partes do «cânon» que podem ser cantadas.

2. A mesma Instrução, ainda nos números 34 e seguintes, refere os cânticos que têm lugar no «ordinário da Missa»; e cita-os expressamente, de modo a ficar bem claro que não há lugar para a intromissão de outros.

Lamentando que, da Missa, não se cante o que afinal mais convinha cantar, chamamos a atenção necessária dos responsáveis para os desvios que neste caso se estão a introduzir; seja-nos permitido, a título de exemplo, apontar um abuso bastante repetido.

Fruto de um compreensível gosto de sublinhar o abraço da paz, gosto mais sentimental que litúrgico, generalizou-se entre nós o que alguns já chamam o canto da paz. Este desvio, que deve corrigir-se, é gêmeo de um outro erro, que consiste precisamente em transformar num cumprimento familiar e universal o gesto sóbrio e denso de saudar o irmão que calhou de estar ao nosso lado, irmão que representa todos os outros.

Urge corrigir tais desacetos e, relativamente ao canto, lembre-se que o missal não refere aqui senão o canto da fracção do pão, aquele que acompanha o preparar da comunhão e é justamente o canto do «Cordeiro de Deus».

3. Por último, uma referência aos cânticos chamados do «Próprio» do tempo ou da festa.

A sua função específica de contemplação do mistério celebrado naquele dia justifica o particular relevo que se há-de dar ao «salmo responsorial», escolhido oficialmente em função da leitura que ele prolonga. Relativamente aos outros cânticos, que se destinam a acompanhar um cortejo (entrada, ofertório, comunhão), lembram-se os critérios que hão-de presidir à escolha de cada um: «não basta que este cântico seja «eucarístico»; é necessário que esteja de acordo com as partes da missa e com a festa ou tempo litúrgico» (MS, 36).

CONCLUSÃO

Terminamos esta Nota citando o que, a propósito de uma válida pastoral da fé em ordem à ambicionada «renovação da Igreja em Portugal», recorda a carta do Episcopado Português de Outubro de 1984: «A Liturgia, se bem celebrada e participada, assegura a melhor e mais universal das catequeses».

Não será uma pastoral fácil, de liturgia feita à mercê de gostos, que conseguirá realizar esta verdade. Só um persistente trabalho educativo, que ajude todos os fiéis, e particularmente os responsáveis do canto, a sentir o que é uma liturgia «bem celebrada e participada», poderá levar aos objectivos que tanto desejamos.

Que Deus ajude os que trabalham por alcançá-los.

Lisboa, 22 de Novembro de 1985.

Comissão Episcopal de Liturgia

XI Encontro Nacional

Tendo por temática a LITURGIA E A PASTORAL DA FÉ, efectuou-se no Santuário de Fátima, de 16 a 20 de Setembro, o XI Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica.

Promovido pelo Secretariado Nacional de Liturgia, procurou não só reflectir sobre a Liturgia como experiência, expressão e proclamação da Fé, mas também celebrar o Mistério da Fé na Eucaristia e nas horas principais da Oração da Igreja.

Na metodologia destes encontros, além da preocupação pelas conferências que tratam os temas escolhidos, há um cuidado particular pela preparação e execução das celebrações litúrgicas.

Cada dia iniciava-se com a celebração de Laudes na Capelinha das Aparições, tinha a Missa na Basílica ao meio dia e encerrava, no que se refere à oração, com as Vésperas na Basílica. Foram estes, por certo, os momentos mais altos do Encontro.

No Centro Pastoral Paulo VI, proferiram-se as conferências, fizeram-se os colóquios, realizaram-se os serões.

As conferências foram feitas pelo Côn. Dr. Arnaldo Cardoso de Pinho: A Igreja-Sacramento de Salvação, pelo P. Dr. Luis Ribeiro de Oliveira: A Liturgia-Momento da História da Salvação, pelo P. Dr. Pedro Ferreira, OCD; A Celebração Litúrgica-experiência, expressão e proclamação da Fé, pelo Côn. José Ferreira: A Palavra e o Rito na Celebração Litúrgica, pelo P. Dr. João da Silva Peixoto: A Liturgia e a Pedagogia da Fé, e por Mons. José Fernandes da Silva: A Música Litúrgica-expressão da Comunidade de Fé.

A direcção musical e os ensaios das celebrações, que nestes encontros são particularmente decisivos, foram confiados ao Côn. José Ferreira, Mons. José Fernandes da Silva, P. António Júlio Cartageno e Côn. Carlos da Silva. Ao órgão, tanto nas celebrações como nos ensaios, esteve o P. Arménio Alves da Costa.

As músicas do guião das celebrações são da autoria de P. António Júlio Cartageno, Côn. Dr. António Ferreira dos Santos, Côn. Carlos da Silva, Mons. José Fernandes da Silva, P. Manuel Simões e dos saudosos Côn. Dr. Manuel Ferreira Faria e Dr. Manuel Luís.

Inscreveram-se neste Encontro 1.217 pessoas de todas as dioceses de Portugal, sendo 3 bispos, 145 padres, meio milhar de leigos e várias centenas de religiosas. É digna de registo a presença significativa de jovens de ambos os sexos.

A quase totalidade dos participantes anima as celebrações litúrgicas das suas comunidades paroquiais ou religiosas e é designada, em muitos casos, pelos próprios responsáveis destas comunidades.

A evolução destes Encontros, que se iniciaram em 1975 com cerca de oito dezenas de participantes e que de há três anos a esta parte apresentam mais de mil pessoas inscritas, mostra bem o grau de interesse pela Pastoral Litúrgica no nosso País e o tipo de resposta que se está a dar à falta de formação litúrgica das nossas comunidades.

Uma exposição fotográfica, montada nos átrios do anfiteatro, apresentava várias soluções para os problemas que a Arte Sacra levanta no nosso País. Por vezes, os modelos escolhidos eram mais para rejeitar do que para seguir. Esta exposição que pode facilmente repetir-se noutros pontos, pois foi concebida também com esse objectivo, tem um carácter didático digno dos maiores elogios .

COMENTÁRIOS E APRECIACÕES

Houve participantes deste Encontro que tiveram o cuidado de enviar pelo correio os seus comentários e apreciações.

Publicamos alguns deles, a começar por aqueles que apresentam aspectos concretos, positivos e negativos.

De um grupo interparoquial dos arredores do Porto

— «Foi intensa a vivência em todas as celebrações, como parece não ter acontecido em ano algum, em especial na Liturgia das Horas.

Os hinos foram maravilhosos musicalmente e com boa interpretação de todos (?) os Encontristas.

Foi pena que a última celebração de Laudes fosse ensombrada, talvez pela antecipação da hora e pela falta de preparação cuidada.

D. Aibino Cleto —um Bispo que agradou aos novos — pela presença agradável, pelas palavras oportunas e pelo gesto simpático de dizer «adeus até ao ano» a todos os que acompanharam o cortejo litúrgico até à Colunata no final da Concelebração de encerramento.

Que não morra a noite de recreio.

A celebração mais maravilhosa deve ter sido a Vigília. O canto Te-Deum ficou-me na alma. Como foi possível tanta gente cantar tão bem !

De uma pessoa consagrada de Coimbra

Realmente para se conseguir tão maravilhoso Encontro, quanto trabalho não tiveram! Que Deus continue a derramar as suas bênçãos sobre vós e que vos dê saúde e coragem para vencer, tudo o que o mafarrico possa fazer para o destruir.

De ano para ano, os Encontros têm sido cada vez melhores. Bendito seja Deus.

De um assistente leigo do Alentejo

Desejo manifestar a minha profunda alegria pela seriedade, empenhamento, oportunidade e ensinamentos com que o Encontro decorreu, e pela graça de me ter sido possível assistir como simples e ocasional observador a esta presença **viva da Igreja**, assistindo e emitindo o seu SINAL a uma «sociedade que vai morta» mas não tanto que não capte o Sinal de vida emanado duma **Igreja** actuante e em constante «movimento ondulatório» — única Força que ainda consegue irmanar os portugueses. Parabéns! Viva o XII ENCONTRO !

De um grupo de religiosas de Lamego

Quero expressar-lhe, em nome do nosso grupo, os nossos cumprimentos a toda a equipa pela profundidade, arte, beleza e trabalho do inesquecível XI Encontro.

Regressámos com a alma em fogo e a cantar, de tal maneira que quase o resto da comunidade (e somos 27 Irmãs) quer dar já o nome para o XII Encontro.

Bibliografia

EL AÑO LITURGICO

Preparado para a Biblioteca de Autores Cristianos (BAC) e publicado em 1984, chegou à nossa redacção recentemente o livro **El Año Liturgico**, de Judian López Martín, que é formado em Liturgia pelo Instituto de S. Anselmo, em Roma, e desempenha, entre outras funções, a de vogal permanente do Secretariado Nacional de Liturgia na nação vizinha.

Esta obra pretende ser uma resposta às necessidades dos cristãos que participam activamente nas celebrações litúrgicas e se não contentam com ler os textos do missal, mas querem aprofundá-los e descobrir neles o espírito da Liturgia para alimentar a sua vida de fé.

Feito para uma colecção popular, este livro é uma síntese profunda e simples do conteúdo doutrinal e vivencial do Ano Litúrgico.

A primeira parte apresenta a teologia do tempo na Liturgia e explica a natureza e a finalidade do Ano Litúrgico e do Domingo.

A segunda parte compreende uma visão histórica e estrutural do conteúdo litúrgico de cada um dos tempos que balizam a celebração do mistério de Cristo ao longo do ano.

A terceira parte trata do santoral, isto é, da memória da Virgem Maria e dos Santos no ano litúrgico.

No fim de cada capítulo, vem uma breve bibliografia de livros e artigos mais acessíveis e de grande interesse para o leitor que deseje aprofundar os seus conhecimentos.

LA RIFORMA LITURGICA (1948-1975)

por Annibale Bugnini

Mons. Annibale Bugnini foi secretário da Comissão Preparatória do Concílio, de 1959 a 1962; depois secretário do «Consilium» (Consilium ad exsequendam Constitutionem de sacra litur-

gia), de 1964 a 1969, e, finalmente, secretário da Congregação do Culto Divino, desde 1969 até 1975. Para completar o quadro há que ter em conta que já trabalhara para a reforma litúrgica de Pio XII, em 1948, como secretário da respectiva Comissão.

O livro que publicou sob o título em epígrafe abrange, pois, toda a história da reforma litúrgica desde 1948 até 1975 — «vinte e sete anos dedicados a restituir à oração pública da Igreja esplendor e graça, juventude e beleza, penetração e fragrância» para usar palavras suas.

Neste livro e com este livro o autor presta uma homenagem reconhecida e filial a Paulo VI, «o autêntico obreiro da reforma litúrgica» e «o Papa que viu tudo, seguiu tudo, examinou tudo, aprovou tudo» no que se refere aos livros litúrgicos que puseram em prática os princípios, as determinações e os votos da Constituição sobre a Liturgia.

Este livro é fundamental para a compreensão da imensa obra da renovação litúrgica operada antes, durante e depois do Vaticano II, e mostra claramente o esforço gigantesco, perseverante e humilde feito por Mons. Bugnini, que teve de lutar porfiadamente contra dificuldades e obstáculos sem conta, inclusive contra as calúnias daqueles que se opuseram sistematicamente às reformas operadas neste período, desde Pio XII até Paulo VI.

É, pois, uma leitura que vale a pena fazer, mesmo que num ponto ou outro precise de ser confrontada com outros testemunhos.

LITURGIA DAS HORAS — Laudes, Hora Intermédia, Vésperas e Completas

Editada recentemente pela Gráfica de Coimbra, saiu novo livro da Liturgia das Horas, que só não inclui o Ofício de Leitura.

A primeira edição, publicada em 1978, não incluía a Hora Intermédia e estava completamente esgotada.

Esta edição, além da Hora Intermédia, contém alguns outros benefícios que são resultantes de uma revisão mais cuidada dos salmos, das orações e de outros elementos, e de um enriquecimento considerável nos hinos que apresenta.

Os destinatários principais desta edição são os leigos e os religiosos e as religiosas que não têm de rezar diariamente todo o ofício.

Esta edição tem ainda a particularidade de ser um trabalho de colaboração com a Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé (CEAST), que adquiriu metade da tiragem que é de 25 000 exemplares.

Na apresentação que faz aos exemplares que foram para Angola e S. Tomé, D. Zacarias Kamwenho diz que esta edição vai ao encontro de muitos jovens e grupos das paróquias e das missões e das comunidades do interior e dos bairros, que desejam rezar pela oração da Igreja quando se reúnem para orar.

Cada exemplar tem 2 070 páginas e está impresso em papel bíblia, importado de Espanha.

Anatoli Shcharansky e os Salmos

O famoso dissidente Anatoli Shcharansky, judeu de raça e de religião, foi libertado não há muito tempo dos campos de trabalho forçado soviéticos e recebido triunfalmente em Jerusalém.

Durante os nove anos da sua prisão, foram-lhe retirados quase todos os objectos de uso pessoal, excepto um pequeno exemplar do Livro dos Salmos, que sua mulher lhe tinha enviado de Israel.

Por se ter recusado terminantemente a entregar este livro às autoridades soviéticas que o haviam confiscado, Shcharansky passou 130 dias no mais completo isolamento. Os guardas prisionais tentaram apossar-se do livrinho pela força, mas Shcharansky, desesperado, recusou-se mais uma vez a obedecer e atirou-se para a neve, para não ficar sem ele.

Os guardas sempre conseguiram tirar-lhe o livro dos Salmos, mas, depois de o examinarem cuidadosamente, tornaram a restitui-lo a Shcharansky.

Este disse mais tarde «que não podia viver sem os Salmos, que tanto o tinham ajudado».

Não deixa de impressionar este testemunho de um judeu contemporâneo que, ao longo dos nove anos passados nas prisões soviéticas, soube encontrar na recitação dos Salmos não só o alimento para a sua oração e a sua fé mas também a força e a coragem para resistir às injustiças e maus tratos de que foi vítima.

E pensarmos nós que há tantos cristãos no nosso País que ainda não descobriram as riquezas inesgotáveis dos Salmos e, por isso, não fazem sua oração da Igreja que neles se inspira e deles se serve diariamente em todas as suas celebrações !

Arte Sacra

É URGENTE QUE OS SACERDOTES PENSEM

Nos projectos do Secretariado para esta nova série do Boletim que agora se inicia, figura uma secção dedicada à arte sacra.

Intencionalmente resumida, nunca ultrapassará as duas ou três páginas; a perspectiva pastoral, comum a todo o Boletim, será também a constante desta secção.

E é justamente numa perspectiva pastoral que hoje tocamos numa questão de muita actualidade para a Igreja e para a arte: **a qualificação do clero para a valorização do património artístico das nossas igrejas.**

1. Tal como em todas as religiões da história humana, também no culto litúrgico cristão as artes sempre tiveram e continuam a ter um papel importantíssimo. «Elas tendem, por natureza, a exprimir de algum modo, nas obras saídas das mãos do homem, a infinita beleza de Deus, e estarão mais orientadas para o louvor e glória de Deus se não tiverem outro fim senão o de conduzir piamente e o mais eficazmente possível, através das suas obras, o espírito do homem de Deus» (S. C., 122).

Este contributo da arte para a liturgia dá lugar ao aparecimento de novas criações artísticas e também à guarda e utilização de obras antigas, que gerações passadas produziram para o mesmo fim sagrado.

2. Convém tomar consciência de que, por razões de vária ordem, é hoje muito escassa a aquisição de novas realizações de arte sacra.

Exceptuada a arquitectura, que efectivamente nos tem apresentado novas igrejas, boas e más, acontece que, por razões de orientação estética, como no caso da pintura, ou por diminuição dos artistas, como acontece na escultura, ou ainda e sobretudo

por limitações nossas de ordem económica, como sucede com a ourivesaria e paramentaria, não prevemos que num futuro próximo possamos utilizar outras maravilhas artísticas que não sejam sejam as antigas que já possuímos.

3. Se é pena que as nossas gerações não deixem grandes marcas no valioso património milenário de que nos servimos, autêntico testemunho da fé que percorre a história da Igreja, a verdade é que não há grande razão para nos queixarmos de pobreza de valores. Belo e vasto é o património artístico de todas e cada uma das nossas dioceses e da grande maioria das nossas paróquias!

4. A utilização deste património de arte sacra constitui neste momento um assunto delicado. É que, na área de muitas forças culturais, cresce a consciência, nem sempre bem esclarecida, do valor desse património. E se, para nós, pastores, a finalidade destas peças é primariamente litúrgica (imagens, quadros, alfaias...), para muitas pessoas o interesse destas obras é primariamente estético e cultural; daí que cuidem, antes de mais, de preservá-las do uso e do risco de se perderem, querendo-as, inalteráveis e intocáveis, como património museológico...

5. O sacerdote, pároco ou capelão, é a pessoa decisiva neste diferendo. Pastor e presidente da comunidade cristã, ele sentirá o zelo de um culto digno de Deus, em que o decoro e a beleza das coisas utilizadas ajudarão também a oração dos fiéis. Educado, no seu curso de teologia e na sua formação de seminário, para conhecer a valiosa qualidade do património confiado à sua guarda, o padre saberá respeitar, guardar e utilizar essa herança. E fá-lo-á conjugando esta missão de homem de cultura com aquele seu dever de sacerdote de Deus e pastor da fé comunitária.

6. Isto o que se espera dos sacerdotes.

Mas isto é, precisamente, o que se negam a aceitar muitos dos defensores do património artístico português. Melhor será dizê-lo com clareza: quem contacta com os nossos meios artísticos e museológicos verifica que os sacerdotes sofrem ali neste momento uma injusta fama de perigosos alienadores do nosso património! Porque, assim se diz, não sabem apreciar, guardar, valorizar...

Permitem que os ladrões roubem, o tempo estrague, e eles próprios vendem...

7. Deixemos as causas que originaram tal fama. Tratem-se de a corrigir.

Como será?

Creio que o remédio estará em levar os nossos padres a demonstrar o contrário do que deles se pensa.

E, aqui como em outros campos, não valem muito as palavras. Pouco interessa que o padre tenha frequentado disciplinas de história de arte, tenha visitado museus, saiba a origem das peças. O que importa é que ele mostre que as sabe zelar e que merece, por isso, a confiança da comunidade cristã que lhas confia e o agradecimento da comunidade nacional, que tem nele um agente, gratuito e dedicado, da defesa do património.

8. Que os padres se lançassem agora a organizar museus paroquiais e a redigir estudos monográficos sobre a arte da sua igreja, seria coisa desastrosa! Equivaleria a classificar como «objectos de museu» as nossas imagens e talhas, os nossos cálices, paramentos, castiçais; objectos de museu que, por tolerância, poderiam usar-se no culto. Diga-se que já há muito quem assim pense...

Ora o que importa é coisa diferente: importa, sim, que de tal modo o padre saiba utilizar no culto litúrgico esses valores, conservados, limpos, restaurados, que todos sintam ser esta a sua melhor defesa. Os verdadeiros museólogos estarão de acordo, pois também eles afirmam: nada é tão bom para conservar a obra de arte como a sua equilibrada utilização no fim para que foi criada.

9. A esta tarefa queremos chamar «pastoral»; e di-la-emos «pastoral litúrgica». Qualifiquem-se os sacerdotes para ela e, se o exemplo de uns é formativo para outros, propomo-nos apontar nestas páginas casos a visitar.

Como seriam mais belas e dignas tantas das nossas celebrações se, desde o arranjo do espaço até à limpeza e brilho das alfaías, soubéssemos aproveitar o que, para este fim, nos legou a fé de gerações passadas!

A. M.